

NUNO GONÇALO POÇAS

PRESOS  
POR UM FIO

PORTUGAL E AS FP-25 DE ABRIL

3.<sup>a</sup> edição

Prefácio de  
PAULO PORTAS



**casadasletras**

# ÍNDICE

PREFÁCIO DE PAULO PORTAS	11
INTRODUÇÃO	17
1. ORIGENS	23
1.1 O contexto nacional	23
1.2 O contexto internacional	33
1.3 As organizações precedentes	44
2. A ACTIVIDADE DAS FP-25	53
2.1 Sete anos de terrorismo	53
2.2 Os 108 000 contos	71
2.3 Nuno Dionísio	73
2.4 Gaspar Castelo-Branco	76
3. FORÇAS POPULARES 25 DE ABRIL	91
3.1 O Projecto Global	91
3.2 A Organização Política de Massas	98
3.3 Estrutura Civil Armada	106
3.4 Quartéis	119
3.5 ÓSCAR – Otelو Saraiva de Carvalho	120
3.6 Juventude Autónoma Revolucionária	122
3.7 CLCR	123
3.8 Importação e Exportação de Portugal, Lda.	123
3.9 CNASPEL	124
4. O TEMPO DAS AUTORIDADES	127
4.1 A Operação Orion	127
4.2 O julgamento	143
4.3 A fuga da prisão	156

4.4	A acusação	160
4.5	A defesa de Otelo	176
4.6	As condenações	187
4.7	Os recursos	189
5.	A AMNISTIA	201
5.1	Preparar a sociedade civil	201
5.2	À política o que é da justiça?	207
6.	OS CRIMES DE SANGUE	231
7.	UM BALANÇO	249
7.1	Um terreno fértil	249
7.2	Depois da prisão	254
	AGRADECIMENTOS	269
	SIGLAS E ABREVIATURAS	271
	FONTES	275
	APÊNDICE DOCUMENTAL	279
	«Proposta Inicial ao Projecto»	281
	«Manifesto aos Trabalhadores – Exército Popular Revolucionário»	285
	«Análise Crítica do Projecto»	287
	«Síntese do Ponto – Organização»	289
	Manuscrito de Otelo Sobre a Reunião do PDEC / Conclave	291
	Lista de Veículos da D. C. C. B. manuscrita por Otelo	295
	Lista de Veículos da D. C. C. B. que consta da agenda pessoal de Luís Filipe Govern	297
	Panfleto das FP-25 Caso Torrão	299
	Reunião da D. P. M. de 4 de Junho de 1984. Manuscrito de Otelo	301
	Carta da autoria de Otelo apreendida na cela n.º 36 do Estabelecimento Prisional de Lisboa	305

## PREFÁCIO

*«Sabendo-se que a burguesia não cederá pacificamente o poder, é evidente que só através da violência o proletariado o conseguirá tomar»* – esta pérola relativamente trivial na literatura revolucionária fazia parte dos documentos fundadores de um dos satélites políticos que organizaram a vaga de terror de extrema-esquerda que marcou a vida portuguesa na década de 80. Friso bem, na década de 80, já longe do PREC e ainda mais longe da ditadura. A violência nunca é justificável como meio de acção política, mas o facto de ter chegado a Portugal tardia (e temporariamente), quando o país já tinha Constituição aprovada, governos democraticamente eleitos e empossados, e até alternância política entre os principais pólos democráticos da época – Mário Soares, Sá Carneiro e Ramalho Eanes, a partir de Belém – revela muito sobre o universo mental da extrema-esquerda em Portugal.

Este livro de Nuno Gonçalo Poças revela isso e muitas coisas mais. Desde logo, constitui um bom serviço à memória – conceito tão abreviado na chamada «civilização digital» – necessário, útil e detalhado. A maioria dos jovens «alternativos» de hoje, os mais tentados pelo «protesto» como atitude de vida, quase não sabem o que se passou há 40 anos, não conhecem a extensão das cedências de valores a que a extrema-esquerda chegou, nem tão pouco o grau

de agressão, *vendetta*, despudor e desumanidade que essa forma de extremismo praticou em Portugal há não muito tempo. O País era conhecido pelos seus brandos costumes e até pela sua (felizmente) escassa inclinação para levar os combates políticos até à sua última e tresloucada viagem, a da eliminação física do «inimigo». O fenómeno era, portanto, atípico, inabitual e em boa medida foi imitativo e importado. Como vivemos, agora, no Ocidente, uma outra era de extremos retóricos, insultos banais e atitudes radicais, um tempo em que a moderação tem má imprensa, perceber o que aconteceu e como é possível ter acontecido, é muito relevante.

O facto de este terror de extrema-esquerda estar associado com uma figura operacional do 25 de Abril, Otelo Saraiva de Carvalho, tornou sempre mais difícil o trabalho honesto e objectivo de reconstituição da memória. Como o autor lembra, houve uma espécie de «pacto de não recordação», estabelecido por conveniências várias e – ponto determinante – sem qualquer arrependimento significativo, pelo menos entre os mandantes. Cada um ficou na sua: o Estado Democrático porque conseguiu, apesar de todas as dificuldades, investigar, julgar e condenar os terroristas; e estes, porque não demoraram muito a ser amnistiados e reintegrados, como se nada de excessivamente grave tivesse sucedido. Pelo meio, ficaram as vítimas, físicas e morais, de um terror que as escolheu como alvo, numa sociedade que preferiu anestesiar-se em relação a essa época de violência sistemática. Este império do silêncio não é de boa saúde. Os factos podem ficar longe mas não se apagam. Se se apagam, podemos revivê-los mais à frente, com outros modos e cores e sem ter aprendido nada.

Para além deste serviço à memória, o autor faz uma peregrinação à miríade organizativa da extrema-esquerda portuguesa, num universo peculiar de grupos, grupúsculos, dissidências, recriações – e, no caso do terror – dissimulações. Todos os extremos tendem a tornar-se fragmentos e fragmentários, tal a obsessão em procurar

o revolucionário «ideologicamente puro», o predomínio da mentalidade conspirativa e a capacidade de negação da realidade. Mas a transformação de uma mitologia presidencial – a campanha de Otelo em 1976, que recolheu mais de 800 mil votos –, numa deriva orgânica violenta, secreta e caudilhista (um dos braços do Projecto Global chamava-se «Óscar», e «Óscar» era o próprio Otelo e a sua circunstância), é reveladora de algumas constantes que não devem ser remetidas à poeira do tempo.

Por exemplo, o dogma de que a sociedade está dividida entre os burgueses, capitalistas e latifundiários, de um lado, e os proletários e operários de outro, sem qualquer consideração pela vontade política expressa no voto, justificou o passo seguinte que alguns viriam a dar e outros não: se a sociedade não é como dizemos, o erro está nos outros e a nossa «lei da bala» fica por isso legitimada. Também a «monomania» contra as forças de segurança levou a que boa parte das vítimas das FP-25 fossem elementos da Guarda ou da Polícia. A sociologia dessas vítimas ficava a léguas de distância da caracterização da sociedade em classes possidentes e oprimidas. Mas imperava o maniqueísmo: como os agentes da lei defendiam a legalidade, eram o braço avançado do «inimigo». Do mesmo modo, os mentores da sucessão vertiginosa de assaltos a bancos e carrinhas de valores que marcou a acção das FP-25 no início dessa década de 80, nunca quiseram saber, por exemplo, se o dinheiro roubado serviria para pagar salários (em vários dos atentados, servia mesmo), ou representava o produto de poupanças modestas. O projecto «revolucionário» precisava de fundos e roubar, como matar ou ferir, passava a ser compreensível, porque sim. Os apoios internacionais de grupos que deixaram um lastro de sangue e medo por onde andaram – desde logo a ETA, mas não só – também assumia o cariz de «internacionalismo revolucionário», suficiente para deixar os operacionais das FP-25 iludidos, e os seus dirigentes imunes à dúvida como se o «espírito revolucionário» fosse completamente indiferente ao mal

como categoria, ao fracasso como resultado e ao sofrimento como consequência. Fica ainda nítido, nesta investigação de Nuno Gonçalo Poças, o facto de, frequentemente, a imprensa do tempo, salvo raras excepções, tender a desvalorizar os factos do terror ou, pelo menos em reacção inicial, atribuí-lo a outros extremos. A indulgência das esquerdas face à deriva da extrema-esquerda, como também a indulgência das direitas face às derivas da extrema-direita, são grandes sinais de cegueira política e fraqueza institucional. O livro é elucidativo sobre as frequentes ambiguidades de intelectuais e políticos, em relação às FP-25, o que, verdade seja dita, já é um clássico ocidental.

Será para muitos uma novidade ou uma surpresa, mas o livro também relata quanta coragem física e intelectual foi necessária, sobretudo no universo da magistratura e das polícias, para vencer as FP-25. Portugal não parecia de todo preparado para uma luta daquelas e o poder político demorou a compreender a gravidade sistémica dos factos. Tiveram de cair homens e mulheres comuns, também crianças e competentes servidores do Estado, para que o terror em nome da «política» fosse assumido como um desafio directo ao Estado de Direito democrático. Não há vítimas mais importantes do que outras. No fim do dia, são pais que deixaram filhos órfãos, são maridos que deixaram mulheres viúvas, são filhos que perderam os pais. Nessa espiral do terror (os extremismos também se caracterizam por não conseguir parar, nunca), o livro recorda todos os casos. Entre muitos, igualmente relevantes, cito dois de memória: as mortes de Nuno Dionísio – um bebé – e Gaspar Castelo Branco – um director-geral – mostram até onde pode ir a natureza humana no seu pior. «Um erro técnico», diriam anos depois os organizadores do terror sobre o primeiro caso; e quanto ao segundo, dizem que foi morto à queima-roupa perto de casa, apenas por ser o «terrível» director-geral das Prisões que apenas reforçara medidas de segurança após a fuga insólita de dez presos das FP-25. Barbaridade e *vendetta* sem escrúpulos, é o que é, é o que foi, não os justificuem.

Este ponto sobre a consciência do terror pelos terroristas – não foram actos acidentais e muito menos inconscientes –, é muito evidenciado, documentalmente, no trabalho de Nuno Gonçalo Poças. Uma pessoa no seu são juízo só pode estarrecer com o elenco de medidas e acções «punitivas» contra todos os que se atravessassem no caminho do «Projecto Global»: a «ameaça, destruição ou ataque a bens de pessoas»; o «ataque a pessoas, *não sendo mortab*»; os «aten-tados contra a vida de inimigos»; a «eliminação de traidores», entre outros. A escolha havia de recair no «tribunal revolucionário» ou nas direcções política e militar das FP-25. As cartilhas descobertas no combate contra a ETA, as Brigadas Vermelhas ou o IRA não são exageradamente diferentes. Mais inesperada seria a sua aplicação *qua talis* em Portugal. O facto é que sucedeu.

Outro dos pontos muito interessantes do livro está no itinerário judicial do caso das FP-25. A escolha é lógica: depois de avaliar em detalhe a organização, as hierarquias e as acções operacionais das FP-25, o livro guina para o outro lado do espelho, o das autoridades policiais, judiciais e políticas a partir do momento em que é iniciada a impressionante Operação Orion, possível após a detenção de alguns operacionais que viriam a colaborar com as autoridades.

É verdadeiramente convidativo ler como as nossas polícias tiveram de actualizar conhecimentos e métodos no exterior, para melhor lidar com o terrorismo cuja expressão, organizada e sistematicamente violenta, era de facto inédita já no Portugal democrático e constitucional. O autor não omite nenhuma polémica – nomeadamente as dos excessos das forças de segurança no início das detenções. E retrata fielmente a capacidade de prova do Ministério Público; a natureza da acusação; o papel dos advogados; as estratégias de defesa («salve-se quem puder», conclui); o papel de Otelo para evitar o desmembramento do grupo; a função absolutamente crítica dos «dissidentes» – creio que a qualificação é preferível à de «arrepentidos» – na recolha de provas; os seus



motivos; a reacção dramática de umas FP-25 acoissadas, visando a eliminação da dissidência; a importância da bagagem legal que favoreceu a colaboração dos arguidos com a justiça, mediante reduções de pena. Do ponto de vista da criminalidade política, armada e violenta, não voltaríamos, felizmente, a viver nada semelhante. Até por isso não devemos esquecer.

Também se recorda o calvário processual da justiça portuguesa. Da sentença de condenação ao recurso para a Relação, e daqui para o Tribunal Constitucional, uma interminável refrega mais processual do que substancial. O caso foi perdendo tempo útil, até perecer na superação dos limites temporais das prisões preventivas. Como não raro acontece, os terroristas jogaram com o tempo e a inversão dos papéis. Otelo nunca escondeu a sua única estratégia: a amnistia. A justiça quase passou a ré.

Pelo caminho ficaram as ilusões perdidas dos «operacionais» do grupo, a pouca sorte dos «dissidentes» (sobretudo se comparada com a dos líderes políticos das FP-25) e o stresse traumático de muitos dos que corajosamente investigaram a verdade e levaram o terror a tribunal. E as vítimas, claro, atingidas pelo ódio cego do terror e «desconfortáveis» para o esquecimento manso do regime.

Muitos anos depois, Nuno Gonçalo Poças revisitou com profissionalismo este lugar envergonhado da nossa história recente. Obrigado, é o que lhe posso dizer como cidadão.

Paulo Portas  
2 de Março de 2021